

1. APRESENTAÇÃO

Trata-se de orientação sobre a realização de **Ação Educativa: COVID-19 e impactos ambientais, econômicos e sociais das decisões e Proteção dos Vulneráveis**, com articulação de ações semelhantes voltadas ao aperfeiçoamento de magistrados – que, em caso de entrega de atividade específica (conforme orientado no **item 4** deste documento), poderão ser certificados. **Para isso, contarão com diversificadas ações, tais como: webinário ou mesas redondas/debates, com videoaulas temáticas gravadas, fóruns e entrega de atividade, como um produto de reflexão/orientação** que poderá ser relevante para reorientar prática judicante em tempos de pandemia, considerando o surgimento das novas demandas judiciais.

Esta ação de aperfeiçoamento tem o foco em temas/assuntos de aspectos desafiadores da prática e a finalidade de auxiliar a reorientar o trabalho judicante neste momento de pandemia por Covid-19. Será desenvolvido na modalidade a distância, com **carga horária variável e temas relativos à prática judicante em processos específicos**, conforme conteúdos e programação apresentados neste documento.

As ações educativas aqui mencionadas são detalhadas na parte metodológica deste instrumento de orientação e disponibilizadas para acesso/realização pelos magistrados na plataforma que está hospedada no sítio da Enfam, no endereço: <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/ead/>. O referido espaço é destinado às informações específicas de cada ação e traz mais orientações sobre os procedimentos de inscrição e participação.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Sensibilizar quanto aos efeitos das decisões judiciais e a necessidade de proteção dos vulneráveis, permitindo novas formas de compreensão dos conflitos jurídicos em um contexto de crise gerada pela pandemia.

2.2 Objetivos Específicos:

- Compreender as consequências sociais, econômicas e ambientais das decisões judiciais;

- Identificar as consequências decorrentes da crise e os efeitos da intervenção judicial sob o ponto de vista das relações privadas;
- Situar a problemática da pandemia no contexto do direito público;
- Atentar para as diferentes situações de vulnerabilidade envolvidas no processo decisório e como são impactadas pela pandemia;
- Atentar para os possíveis desdobramentos da crise a longo prazo e reforçar a necessidade de preservação de equilíbrio no desenvolvimento sustentável.

3. CONTEÚDOS

Unidade 1 - Avaliação dos impactos das decisões judiciais, a consistência do juízo prognóstico, a transparência no uso do argumento consequentialista. Estratégias para tratamento de litígios complexos.

Unidade 2 - contratos civis e empresariais, restrições à liberdade econômica, saúde suplementar, superendividamento, questões de família e violência doméstica, despejo, reintegração de posse e desocupação compulsória em tempos de crise

Unidade 3 - gestão administrativa, poder de polícia vs. restrição de liberdades fundamentais, políticas públicas (em especial saúde e educação), conflitos federativos, questões orçamentárias.

Unidade 4 - Impacto da pandemia sobre vulneráveis. Idosos, deficientes físicos, refugiados, indígenas, população de rua, crianças (a questão da continuidade do fornecimento da merenda escolar), população carcerária.

Unidade 5 - A crise econômica e seus efeitos sobre a interpretação do direito. Perspectiva de desequilíbrio entre os pilares do desenvolvimento sustentável. Princípios da precaução e da proibição de retrocesso. Necessidade de salvaguarda da proteção ambiental e dos programas sociais.

4. METODOLOGIA – ARTICULAÇÃO DE AÇÕES

A **Ação Educativa**, para fins de **certificação**, será desenvolvida com a **articulação de Webinário e Fóruns de Discussão** (disponíveis no “Centro de Apoio à Magistratura Brasileira – COVID-19”, plataforma digital. Contará também com **tarefa individual** (a ser entregue pelo EducaEnfam).

O participante deverá participar das seguintes etapas:

- I. **Webinário**, realizado conforme programação. Será desenvolvido com vídeos gravados, disponíveis em: <https://www.enfam.jus.br/videoteca>.
- II. **Fóruns de Discussão** – ação educativa de apoio ao trabalho do magistrado – disponível em: <https://www.enfam.jus.br/foruns/> – com o propósito de contribuir com informações e discussões específicas, fomentando debates relativos aos problemas surgidos com a COVID-19. O cursista será avaliado pela participação nos fóruns, com postagens, durante o período de pelo menos **5 dias corridos** ou alternados. Acontecerão da seguinte forma:
 - Os fóruns serão disponibilizados ao longo das semanas seguintes, na página da Enfam, plataforma do Centro de Apoio aos Magistrados à COVID-19: <https://www.enfam.jus.br/foruns/>, até o dia 30/5/2020;
 - Cada aluno deverá participar dos fóruns com, **pelo menos, cinco postagens em dias corridos ou alternados ao longo do período**, não havendo necessidade de postagens diárias.
- III. **Atividade Individual (Registro Reflexivo – pelo EducaEnfam)** – poderá ser produto para alimentar o repositório sobre COVID-19, conforme análise/parecer avaliativo da coordenação científica. Poderá, por exemplo, contribuir para a elaboração de guia prático/produção de material para orientar a prática profissional. Etapa que se caracteriza como fundamental para avaliar os resultados das aprendizagens, considerando a participação nas ações anteriores. A entrega dessa atividade final **é requisito para certificação**.

Os procedimentos para inscrições em cada uma das ações, descritas anteriormente, serão divulgados na plataforma: <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/>.

5. ATIVIDADES PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

O cumprimento das **3 etapas (ações descritas no item 4)** é **requisito para certificação** para fins de promoção/vitaliciamento. Nessa convergência, as atividades a serem realizadas, além **de acesso ao webinário**, serão as seguintes:

1. Participação em **Fóruns de Discussão**: participar com postagens, por 5 dias corridos ou alternados, de acordo com o tema de interesse.
2. Elaborar e entregar um **Registro reflexivo**, da seguinte forma:

Apresentação da atividade:

Registro Reflexivo

A atividade consiste em apresentar a **solução de um problema específico** percebido na prática judicante em decorrência da pandemia (COVID-19), tendo como **referência** fundamentos ancorados em temas de webinário (videoaulas), materiais e fóruns disponibilizados pela Enfam na plataforma do Centro de Apoio à Magistratura.

Desenvolvimento:

O registro deverá ser realizado com o foco em **um tema/problema específico**, bem como ser desenvolvido de forma a **apontar soluções cabíveis para auxiliar os magistrados em aspectos da prática judicante, de modo a contribuir para orientar e promover mudanças do trabalho em tempo de pandemia.**

Aspectos a considerar no desenvolvimento do texto:

1. Identificação do problema e tema referentes às demandas surgidas com a pandemia (COVID-19), que afeta o trabalho judicial;
2. Proposições/estratégias que sirvam para incentivar a análise crítica, a autonomia e criatividade no trabalho;
3. Orientação/sinalização que contribua para o desenvolvimento de hábitos e estratégias/técnicas de estudo/trabalho que possibilitem maior aproveitamento do tempo/ações rápidas, contextualizadas e bem fundamentadas;
4. Indicação de ferramentas e de recursos que facilitem o trabalho e a resolução de problemas semelhantes ao identificado;
5. Estratégias efetivas que contribuam com processo de aprendizagem e de trabalho em tempos de pandemia/mudanças.

5.1 Certificação:

Os **magistrados participantes** que realizarem as **atividades propostas terão direito à certificação das horas para fins de promoção/vitalicimento.** Nesse

caso, os certificados serão disponibilizados na Plataforma da Enfam em **até 10 dias úteis após a entrega do Registro Reflexivo**.

Para **envio de Registro Reflexivo e emissão do certificado**, é necessário realizar o seguinte procedimento:

- 1) Acessar o sistema EducaEnfam, por meio do *link* <http://educa.enfam.jus.br>;
- 2) Na tela inicial do sistema, preencher os campos da seguinte maneira:
 - a. *Login*: CPF ou e-mail do participante;
 - b. Senha: a senha anteriormente cadastrada no sistema.
- 3) Após o preenchimento dos campos, clicar o botão Entrar.

6. MINICURRÍCULO DOS FORMADORES

Conteudista/expositor(a):

CLARISSA COSTA DE LIMA – Juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Graduada na Universidade Católica em 1997. Especialização em Direito do Consumidor na Universidade de Coimbra (Portugal) e em Direito Europeu dos Contratos pela Universidade de Savoie na França. Mestre e Doutora em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Pesquisa em Direito do Consumidor na Escola da Ajuris. Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor-BRASILCON (2014-2016). Diretora Adjunta da Revista de Direito do Consumidor. Autora da obra "O Tratamento do Superendividamento e o Direito de Recomeçar dos Consumidores".

FERNANDO QUADROS DA SILVA – Desembargador no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2012), Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2001), Especialista em Direito Penal pela Universidade de Brasília - UNB (1997). Graduado em Direito pelo Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba (1988). Fez o Curso de Formação de Formadores - Nível 1 (Módulos 1, 2 e 3) e os Cursos Interinstitucionais de Formação de Formadores (2014 e 2016), promovidos pela ENFAM; Tutoria de curso à Distância (TRF4) e o Curso sobre Métodos de Avaliação (Enfam). Foi professor no ensino superior (1993 a 2003). Outras atividades profissionais: Assessor Parlamentar, Procurador do Estado do Paraná, Procurador do Ministério Público do Trabalho, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e

Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, indicado pelo Supremo Tribunal Federal. Livros e artigos publicados.

LEONARDO MARTINS – Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (1994), mestre (LL.M.) em Jurisdição Constitucional pela Humboldt-Universität zu Berlin (1997), Alemanha e doutor (doctor iuris) em Direito Constitucional pela Humboldt-Universität zu Berlin (2001), Alemanha. Pós-doutoramentos pelo Hans-Bredow-Institut (Pesquisa em Regulação da Comunicação Social) junto à Univ. de Hamburg, Alemanha (2004) e pelo Erich Pommer Institut (Direito e Economia da Com. Social) como Fellow da Fundação Alexander v. Humboldt (2010) e mais duas vezes pela Humboldt-Universität zu Berlin (2011 e 2013-14). Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Foi Professor Visitante na Humboldt-Universität zu Berlin (de 2001 a 2012). Tem experiência na área de Direito Constitucional, com ênfase em Direitos Fundamentais, atuando principalmente nos seguintes temas: direito e justiça constitucionais comparados, princípio da proporcionalidade, colisão entre direitos fundamentais, regulação da comunicação social e teoria geral dos direitos fundamentais.

PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA – Desembargador, integrante da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Diretor da Escola de Magistratura do Maranhão – Gestão 2017–2018. Vice-Diretor da Escola de Magistratura do Maranhão - Gestão 2015-2016. Ouvidor Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Gestão 2014-2015. Graduado pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Mestre e Doutor em Direito Civil pela PUC de São Paulo. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC de São Paulo. Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie de São Paulo. Especialista em Direito dos Contratos pelo Centro de Extensão Universitária de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – ESMAM. Membro colaborador do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP. Membro do Instituto de Direito Privado – IDP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Membro da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Membro da Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA.

Coordenadora do curso:

PATRICIA ANTUNES LAYDNER – Diplome d'Université Droit Français et Européen - Université de Savoie (FR) e UFRGS. Master II en Droit de l'Environnement Université de Paris XI – FR. Docteur en droit, Université de Paris-Sud (Paris Saclay).

COVID-19 e impactos ambientais, econômicos e sociais das Decisões e Proteção dos Vulneráveis

(Webinário (mesa de debates), Fóruns de Discussão e Registro Reflexivo)

Coordenadora da Unidade ambiental do TJ-RS – ECOJUS. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Direito Ambiental da ESM-AJURIS.

Mais informações, entrar em contato com Equipe de Desenvolvimento:
cdae@stj.jus.br

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Ações Pedagógicas/Equipe Enfam –
cpap@enfam.jus.br